

Aron e as relações internacionais

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Celso Lafer

2005 foi o ano do centenário de nascimento de Raymond Aron. Aron viveu e pensou com argúcia e profundidade o século XX. O seu objectivo permanente foi o de explicar as coisas. Era um liberal e um democrata na linhagem de Tocqueville, alimentado pela leitura de Weber e pela reflexão filosófica. Explorava as condições da acção, discutindo a interacção entre as instituições políticas e a estrutura socio-económica. Era, ademais, um liberal que foi um marxólogo.

No trato do papel dos intelectuais no espaço público, Aron se assumiu como um observador participante. Tomava posição, mas levava sempre em conta, na sua preocupação com o futuro, o que fazer para mudar as coisas, tendo presente o horizonte dos que tinham responsabilidades pelo processo decisório.

Aron instigava o raciocínio. Um dos campos em que actuou com maestria foi o das relações internacionais, no qual se notabilizou tanto como analista dos acontecimentos diplomáticos quanto como teórico maior desta área de conhecimento. No seu percurso o diálogo entre o pensador e o jornalista foi fecundo. É o caso, por exemplo, das suas análises do período da Guerra Fria para a qual elaborou a moldura conceitual da fórmula «paz impossível, guerra improvável».

Num dos seus primeiros livros teóricos no campo – As guerras em cadeia (1951) – analisou a especificidade da Primeira Guerra Mundial. Mostrou a surpreendente insensatez das falhas diplomáticas associadas à surpresa técnica dos novos armamentos. Daí a sua recorrente reflexão sobre os limites da objectividade e a complementaridade entre diplomacia e estratégia militar. Esta complementaridade se dá, para Aron, no século XX, na unidade planetária do campo diplomático-estratégico, trazido pela revolução intelectual, técnica e económica, que unificou, para o bem e para o mal, a humanidade.

Em Paz e Guerra entre as nações (1962), Aron discute os níveis conceituais da compreensão do campo das relações internacionais. Aponta que não cabe uma analogia nem com a economia, nem com o futebol. A economia tem como problema a

escassez e coloca escolhas sobre os meios de superá-la. O futebol tem regras, juiz, o preciso objectivo das equipas de ganhar a partida, que é travada no interior de um campo delimitado, com número fixo de participantes. O campo das relações internacionais se desdobra sobre a sombra da guerra – para Aron, na sua reflexão sobre Clausewitz (1976), um camaleão que assume sempre novas formas. Além do mais e em contraste com o futebol e a economia, em função da diversidade dos objectivos, dos meios e da multiplicidade dos actores e dos contextos, o objecto das relações internacionais não é unívoco. Daí – e este é o ponto central da visão de Aron – a relativa indeterminação que caracteriza o campo.

Aron estuda a regularidade sociológica dos factores que condicionam a condução de uma política externa: espaço, número, recursos, nações e regimes. O que ele realça, com originalidade, é que estes factores não são mobilizados em função de um objectivo unívoco. É uma característica das relações internacionais a pluralidade dinâmica dos objectivos concretos das políticas externas dos estados que compõem o sistema internacional. Entre estes objectivos figuram: segurança, desenvolvimento e bem estar, prestígio, afirmação de ideias. É isto que faz do conceito do interesse nacional um conceito plurívoco e por vezes esquivo.

Assim, por exemplo, obter o prestígio de um assento permanente no Conselho de Segurança é primeira prioridade da diplomacia do governo Lula, não o foi no governo FHC; a mudança dos regimes políticos de outros países é prioridade no governo Bush, não o foi no governo Clinton. A afirmação regional de uma revolução bolivariana é objectivo maior do governo Chavez; não foi item de outros governos da Venezuela. É por este motivo que a racionalidade da conduta da política externa é circunscrita pela escolha de certas premissas que norteiam o seu processo decisório.

É nesta moldura que Aron explora conceitos dos quais esquematicamente se pode extrair a lógica durável das relações inter-estatais, caracterizada pela distribuição individual mas desigual do poder entre os estados. Entre eles os provenientes dos equilíbrios/desequilíbrios derivados da ordenação estratificada do poder que podem levar a sistemas multipolares (como o do Concerto Europeu) ou bipolares (como o da Guerra Fria) e hoje, diria eu, o das tensões da unipolaridade.

Aron também realça a distinção entre sistemas homogéneos, nos quais prevalece o mútuo reconhecimento dos actores, e os heterogéneos (como o da Guerra Fria) nos quais isto não ocorreu. Aron estudou o confronto capitalismo/comunismo. Hoje, na sua linha, poder-se-ia discutir como os fundamentalismos vêm, por obra do não

reconhecimento mútuo, trazendo uma nova heterogeneidade no planeta, que é um dos dados do fenómeno terrorista contemporâneo.

Aron, como observador participante, conclui Paz e Guerra com uma praxeologia na qual estuda as antinomias com as quais lidam os responsáveis pela condução da política externa. Estes se confrontam com o que denomina o problema maquiavélico e o kantiano. O primeiro é o do realismo dos meios legítimos da condução da política externa que, no limite, comporta o uso de força. O segundo é o da busca da «paz perpétua» e de um princípio regulador da humanidade que substitua a «moral do combate». Na interacção dos dois, Aron desenvolve uma ética de prudência e de equilíbrio entre excessos. Nesta não cabem profecias mas há espaço para o dever da esperança.